

RUPTURA

www.rupturafer.org


GREVE GERAL

O 15 de Outubro

Em quase mil cidades de mais de 80 países houve manifestações para protestar contra as medidas de austeridade. Em Portugal, uma assembleia popular ocupou as escadarias da Assembleia da República e apelou à greve geral. **PÁG. 6 e 7**

A dívida é nossa?

A resposta foi dada nas manifestações de 15 de Outubro: Não! Não fomos nós que a fizemos, nada lucramos com ela, e, portanto, não devemos ser nós a pagá-la. É preciso suspender o seu pagamento para investir em emprego, saúde e educação. **PÁG. 8 e 12**



Paremos o muro!

Estão agendadas para novembro ações de solidariedade com a luta do povo palestino para travar a construção do muro levantado por Israel na Cisjordânia. O muro já tem mais de 400 km e foi declarado ilegal pelas Nações Unidas. **PÁG. 10**



Todos na greve geral de 24 de novembro!

À conta da chamada “crise”, o governo de Passos Coelho/Paulo Portas aprovou a maior ofensiva contra os salários, as pensões de reforma e os direitos dos trabalhadores e da população. Os cortes nos serviços de saúde e no ensino público, a subida de todos os impostos e taxas (na alimentação, na habitação, nas portagens das estradas), o brutal aumento dos transportes, da eletricidade e do gás, a par do roubo de 2 salários (13º e subsídio de Natal) e da maior diminuição dos salários mensais da Administração Pública, afetando milhões de trabalhadores, são motivos de indignação e revolta popular.

Como se este brutal ataque não bastasse, os capitalistas e banqueiros querem mais e aproveitam a ocasião para exigir alterações nas leis laborais para permitir o despedimento sem justa causa e reduzir a quase nada as indemnizações para os trabalhadores despedidos. Da parte do governo estas alterações são bem acolhidas e ainda agravadas com uma menor duração para o subsídio de desemprego, como se fosse fácil encontrar trabalho num país que já tem perto de 1 milhão de desempregados.

A situação é de profunda indignação na população pobre e trabalhadora, e os ricos continuam a ficar cada vez mais ricos, dentro e fora do governo.

É tempo desta indignação se transformar em revolta. E o dia de Greve Geral convocado para 24 de Novembro é mais uma oportunidade de trazermos à rua a nossa revolta pelo roubo que estão a fazer-nos, querendo que sejamos nós todos a pagar uma dívida que foi utilizada pelos capitalistas e seus governos para encherem os seus cofres e contas bancárias e continuarem a viver que nem reis enquanto milhões de trabalhadores e pensionistas passam por situações de miséria.

Esta dívida não é nossa e por isso devemos exigir a imediata suspensão do seu pagamento, tal como foi votado na manifestação de 15 de Outubro, na assembleia popular que reuniu milhares de manifestantes em Lisboa e ocupou a escadaria do Parlamento, em São Bento.

O dia 24 de Novembro será o dia em que milhões de trabalhadores irão participar na Greve Geral, nas empresas e serviços, mas também na rua em concentrações e manifestações. Neste sentido, a manifestação para esse dia convocada pelos movimentos que organizaram o 15 de Outubro em Lisboa deverá ser a manifestação unificadora das indignações dos trabalhadores de vários sectores, dos precários, dos desempregados e da juventude estudantil. Será também a expressão deste descontentamento que dará maior garantia de continuidade dos protestos e da luta até à derrota da política deste governo e da troika.

A actual política seguida por vários governos da União Europeia conduz a maior parte dos trabalhadores à fome e à pobreza, quer seja em Portugal, na Grécia, em Espanha ou na Irlanda. É urgente combater esta política e este tipo de UE ao serviço do capital e que provocou a crise. Perante a crise que afecta a Europa, a resposta dos trabalhadores também tem de caminhar para ser unificada por toda a Europa. Se as velhas centrais sindicais e as esquerdas parlamentares não dão resposta, o que é preciso é dar fôlego aos novos movimentos de contestação que estão a surgir pela Europa e pelo mundo e que podem assumir uma dinâmica anticapitalista.

ENTREVISTA ■

“Começa a haver fome de verdades”

Licínio de Sousa é operário vidreiro da Marinha Grande, onde participou das lutas da sua classe nos últimos 40 anos. Nesta entrevista, ele opina que ainda é possível reverter a difícil situação dos trabalhadores da região e analisa os maus resultados eleitorais do Bloco de Esquerda, partido no qual é filiado.

Qual é o estado da indústria na Marinha Grande?

O Sindicato dos Vidreiros no pós 25 de Abril, com as questões da transição pacífica para o socialismo no quadro da aliança com o MFA, foi transigindo e dividiu a classe. O setor garrafeiro consegue resistir na Santos Barosa e na Ricardo Gallo, onde as negociações são conduzidas pelas comissões de trabalhadores. No setor cristaleiro, a Atlantis é a única onde ainda se consegue negociar o contrato. Este foi o resultado da divisão da classe vidreira.

Mas nem sempre foi assim...

Por volta de março de 1974 houve aqui muitas lutas. A Marinha Grande esteve debaixo de cerco policial mais de uma semana, mas a classe estava unida numa única frente de luta. Os garrafeiros, os cristaleiros, tinham todos um contrato único, vertical, que dizia respeito a toda a classe. A luta resultou numa vitória estrondosa. Pedia-se 100 escudos de aumento por dia, que acabou por ficar em 60 escudos, um valor que na década de 70 era considerado dinheiro.

Quando começou o fecho de empresas?

Nenhum governo até aí tinha conseguido encerrar empresas, mas Cavaco Silva, fruto também da divisão da classe, conseguiu. Em 31 de Maio de 1992 encerra a Fábrica Escola Irmãos Stephens, e os seus cerca de 500 trabalhadores vão para a rua. Depois da Stephens tivemos a Pereira Roldão e a Ivima. Houve muito barulho em torno da Pereira Roldão, voltamos a ter, depois do 25 de Abril, invasões policiais, tropas de choque e espancamentos brutais nas ruas. De cerca de 5 mil postos de trabalho diretos e indiretos do setor cristaleiro, hoje conta-se pouco mais de duas centenas, com salários profundamente degradados, vínculos laborais muito incipientes e fatores de organização sócio-política muito abaixo daqueles que a classe tinha antes do 25 de abril.

O que te pareceram os resultados eleitorais do BE?

No plano operário da Marinha Grande, o Bloco na primeira fase cresceu bem. O Louçã, cada vez que havia uma empresa em crise, estava aí presente. Assisti ao fecho de uma ou duas fábricas. O Bloco credibilizou-se na região de Leiria e na



Marinha Grande. Mas, depois, a sua praxes acabou por ser idêntica àquela dos partidos tradicionais, PS e PC: um requerimentozinho, façam aí uma cartinha de protesto, vão lá à Assembleia da República, nós estamos dispostos a receber uma delegação. Mas não é aquilo que a classe operária exige do Bloco. Do Bloco exigia-se que ele mantivesse as bandeiras da luta pelo socialismo, pelas liberdades, pela intervenção dos trabalhadores, num plano real de organização e de acumulação de força para os embates contra o capital. Depois houve outros fatores de agravamento, como o apoio à candidatura do Manuel Alegre e a questão da troika. O Bloco, pelo caminho que segue, vai voltar a aproximar-se do *score* eleitoral da velha UDP dos tempos em que militei. Mas com uma perspetiva diferente, porque na altura, quando a UDP tinha um deputado, eu até lhe achava mais utilidade do que os 16 que teve e os 8 que tem o Bloco.

Distribuíste a folha do Ruptura na Marinha Grande. Qual foi a receção?

Houve distribuição no centro

médico, na Santos Barosa e na Ricardo Gallo. As pessoas leram, olharam com simpatia, porque começa a haver fome de verdades que sejam claras, que sejam objetivas, que traduzam um movimento real com aquilo que aflige cada trabalhador no seu íntimo. Há pessoas que disseram assim: já há uma data de anos que não víamos pessoas aqui na porta das fábricas, a não ser em tempos de eleições para nos caçarem os votos. Uma organização política tem de estar permanentemente no terreno, porque senão não é uma organização séria. Nós temos de estar com os trabalhadores no seu dia-a-dia, nas vitórias e nas derrotas. Na Santos Barosa e na Ricardo Gallo ainda houve luta pelas atualizações salariais, portanto ainda há um setor que fervilha e precisa ser alimentado com propostas políticas e análises sindicais. Isto ainda não se perdeu tudo, isto ainda é possível reagrupar e dar o volte-face às coisas. E nesse sentido a distribuição da Folha cumpriu esse objetivo e é importante que se mantenha em termos regulares.

RUPTURA ■

Órgão oficial do Ruptura/FER
www.rupturafer.org
Secção portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores
LIT (IV Internacional) www.litci.org
Impressão: A Triunfadora Artes Gráficas Lda.
Rua D. Sancho I, 36-A - 2800-195 Almada

Proprietário: Gil Garcia
Diretor: João Pascoal
Editora: Cristina Portella
Projeto Gráfico: Nádia Martins
Capa: Pedro Varela
Contato: jornal@rupturafer.org
Nº ICS: 124814
Tiragem: 500 exemplares

Colaboraram neste número:

A. P. Amaral, André Traça, C. K., Daniel Martins, Eduardo Henriques, Elsa Sertório, J. A. Dias, Lina Pereira, Manuel Neves, Nuno Santos, Salomé Gonçalves, Tiago Castelhana.



O grande buraco

Depois de fechar os olhos e beneficiar-se eleitoralmente com a corrupção e o clientelismo na Madeira, o governo PSD/CDS quer apresentar a fatura aos madeirenses e ao povo português.

A dívida da Madeira ascende a perto de 8 mil milhões de euros, pelo menos é este o montante correspondente aos últimos números divulgados. O governo regional nega que o montante seja desta ordem, mas o facto é que agora é o conjunto do povo português que é chamado a pagar mais este buraco financeiro.

Corrupção

Há muito que se sabe que a Madeira tem um off-shore, e Alberto João Jardim afirmou várias vezes que não há deficit na região, pois esta

seria auto-sustentada pela pujante indústria turística. O que é certo é que são divulgados valores muito elevados em verbas relacionadas com a construção de infraestruturas, fundamentalmente estradas e outro tipo de obras para encher o olho.

Sabe-se hoje que muitas das obras adjudicadas não foram pagas e que foram contraídos empréstimos consideráveis à banca. Também é conhecida a chantagem constante que o governo regional fazia todos os anos ao governo central no sentido de obter verbas adicionais e que, ape-

sar das tentativas iniciais de estes montantes serem revisitos em baixa, Alberto João Jardim acabava sempre por levar a melhor, quer se tratasse de governos centrais do PS ou do PSD.

Conivência

Esta situação configura certamente um cenário de corrupção, e o domínio sistémico do PSD na região desde o pós-25 de Abril com as sucessivas maiorias absolutas e o controle férreo do aparelho de Estado e da comunicação social assume aspetos certamente não menos

graves de favorecimento e tráfico de influência.

O que seria urgente e correto depois da divulgação desses números sobre a dívida da Madeira e das sucessivas, e bem-sucedidas, tentativas de ocultar os seus valores por parte do governo regional seria a realização de uma auditoria rigorosa e independente no sentido de esclarecer não só os montantes, mas também o processo pelo qual se chegou a esta situação.

Apurar responsabilidades e punir, inclusive criminalmente, os autores do escandaloso desbaratar de recursos públicos é uma exigência democrática mínima. Mas não é essa a intenção dos atuais governantes do país, pois os envolvidos nesses atos criminosos ocupam altos cargos no governo e no PSD da região.

O governo de Passos Coelho fala agora em nacionalizar os prejuízos, como é habitual, ou seja, a dívida terá de ser paga pelo povo português, em especial pelos madeirenses, através de cortes na transferência de recursos e agravamento de impostos, sendo que não foram eles que criaram a dívida ou se beneficiaram com ela.

Infelizmente, os recentes resultados eleitorais tornam mais remota a possibilidade de se levar a cabo a necessária auditoria às contas da Madeira, bem como a luta contra esta opção de passar o ónus da dívida para a população. **Nuno Santos**

Eleições: PSD teve o seu pior resultado, mas esquerda não foi alternativa

Após o eclodir da polémica em torno da dívida da Madeira realizaram-se as eleições regionais de 9 de Outubro. Apesar de o PSD de Alberto João Jardim ter obtido a maioria dos deputados (25 em 47), perdeu 8 lugares e passou de 64,2 para 48,6% de votos, o pior resultado de sempre.

O PS, tradicionalmente a segunda força na região, passou de 15,4 para 11,5% dos votos e desceu de 7 para 6 deputados, passando a terceira força. O grande vencedor foi o CDS que subiu de 5,3 para 17,6% e de 2 para 9 deputados, sendo agora a segunda força mais votada.

A esquerda obteve um mau resultado, sendo que o PCP perdeu um dos anteriores dois deputados e o Bloco de Esquerda ficou sem representação no parlamento regional, perdendo o seu

único lugar. Os pequenos partidos que se apresentam como de oposição, pelo contrário, registaram um bom resultado. O PTP de José Manuel Coelho estreitou-se com 6,9% dos votos e 3 deputados, e o PND, MPT e o recentemente criado PAN elegeram um deputado cada.

Alguma conclusões

Estes resultados refletem a influência que o PSD mantém em termos de domínio do aparelho de Estado e da comunicação social e mostram que o PS se afastou do objetivo de ser visto como a única alternativa em função do desgaste do governo Sócrates. O CDS conseguiu capitalizar os votos perdidos pelo PSD, fazendo passar uma falsa imagem de seriedade e por ser uma alternativa moderada

numa região tradicionalmente conservadora.

O mau resultado obtido pelo Bloco na Madeira deve ser atribuído às mesmas causas que provocaram a sua derrota nas legislativas deste ano, nomeadamente o apoio ao mesmo candidato do PS nas presidenciais, Manuel Alegre.

O PTP de Coelho, partido que nada representa de substancial sem esta figura populista, acabou por capitalizar o descontentamento com Alberto João Jardim devido a um discurso que, apesar de demagógico, é interpretado por alguns setores da população como sendo uma mensagem de esquerda, a que não será alheia alguma transferência de votos de eleitores da CDU e do Bloco.

Das eleições da Madeira

a conclusão a tirar por parte da esquerda é reconhecer que o Bloco não travou a sua queda eleitoral e que, para salvar a esquerda de um deslocamento de parte de sua base – na ilha e no continente – para partidos populistas como o PTP ou o PAN, faz falta uma nova força de esquerda, contra os planos da troika e o governo da direita.

Uma alternativa de esquerda que exija que Alberto João Jardim e os seus comparsas sejam chamados à Justiça por terem deixado os trabalhadores madeirenses e do continente com um dívida gigantesca; por terem governado com dolo as finanças públicas da região; devendo ter sido presos e, no caso de Alberto João Jardim, impedido de novamente se candidatar à chefia do governo da região. **N.S.**

BÚSSOLA ■

Desobediência civil

O presidente da Associação de Restauração e Similares de Portugal (ARESP), Mário Gonçalves, admite a possibilidade de não entregar o valor correspondente ao acréscimo da taxa de IVA de 13 para 23% ao Estado, apesar de admitir o carácter ilegal desta opção. Esta associação disse já rejeitar qualquer aumento do IVA, pugnando pela sua diminuição. Esta é uma luta correta e contribui para boicotar as medidas do governo. Além disso, é um facto que muitos trabalhadores que consomem refeições fora de casa diariamente saíam a ganhar com esta medida proposta pela ARESP, até porque Portugal está entre os cinco países europeus com a taxa mais alta do IVA para a restauração. Desde setembro que esta medida entrou em vigor na Grécia, onde está a ser boicotada pelos proprietários de cafés e restaurantes como forma de resistência às medidas de austeridade do governo.



Um grande dia

Há dias em que todos os anos de luta, os momentos de sofrimento e de desesperança são vingados. O dia 26 de outubro foi um deles. Nesse dia, fez-se, enfim, justiça: assassinos e torturadores da Escola de Mecânica da Armada (ESMA), o maior centro de tortura e extermínio da ditadura militar argentina dos anos 70, foram condenados à prisão perpétua. Entre os condenados estão Alfredo Astiz, Jorge Acosta, Ricardo Cavallo e vários outros. O processo demorou 22 meses e mais de 200 testemunhas foram ouvidas. Esses monstros foram condenados pelo sequestro, tortura e homicídio de 86 pessoas, entre elas três das fundadoras das Mães da Praça de Maio e das monjas francesas Alice Domon e Leonie Duquet. No dia do julgamento, uma multidão concentrou-se à frente do Tribunal de Comodoro Py para assistir ao vivo, no gigantesco ecrã de TV montado num palco, à leitura da sentença dos acusados. Cada condenação foi festejada com gritos de alegria e muita emoção. Mas este foi só um primeiro passo, pois o julgamento envolveu apenas uma parte reduzida de todos os casos denunciados e dos torturadores envolvidos.

História sórdida

Orlando Silva é militante do PC do B, um partido de esquerda do Brasil que teve origem nas divisões da esquerda mundial, no anos 60, entre apoiantes de Estaline e Mao Tsé-Tung. O PC do B foi a cisão “maoista” dos comunistas brasileiros. Foi um partido que lutou contra a ditadura militar e teve muitos militantes mortos e desaparecidos. Nos últimos dias de outubro, soube-se da demissão de Orlando Silva do cargo de ministro do Desporto do governo presidido pela petista Dilma Rousseff, depois de a Justiça ter autorizado a abertura de um inquérito para examinar a sua participação num suposto esquema de fraude. De acordo com as denúncias, o ex-ministro teria realizado convénios com ONGs para beneficiar o seu partido. Orlando Silva e o PC do B cumprem o destino daquela esquerda que trai os seus princípios e se associa à burguesia para participar do poder.

Governo PSD/CDS declara guerra ao trabalhador

As alterações do Código do Trabalho defendidas pelo governo preveem o fim da justa causa e tornam mais fácil e barato despedir.

Para resolver a crise capitalista a seu favor, a burguesia só defende uma solução: retirar direitos à classe trabalhadora. Além de, no Orçamento do Estado para 2012, obrigar o trabalhador do setor privado a trabalhar mais meia hora por dia de graça e cortar os subsídios de férias e de Natal da Função Pública, o governo do PSD/CDS-PP quer alterar radicalmente o Código de Trabalho (CdT).

O novo CdT pretendido pelo governo liberaliza os despedimentos através de uma nova fórmula denominada “despedimento por inadaptação”, acabando com o conceito de “justa causa”. Caso esta alteração seja aprovada, o patrão poderá despedir o trabalhador alegando simplesmente que este não está “adaptado”, seja por não cumprir os seus objetivos, seja por ser menos produtivo, independentemente da introdução de novas tecnologias ou de outras alterações no local de trabalho. Ao mesmo tempo, será mais fácil obrigá-lo a submeter-se a péssimas condições de trabalho e a horas extraordinárias não pagas, dado que a qualquer momento pode haver uma “inadaptação”. Os precários continuarão ainda mais precários e será muito mais fácil a quem manda chantagear e manobrar qualquer trabalhador mais reivindicativo e mobilizador.

Indemnizações reduzidas

Os contratos de trabalho celebrados a partir de 1 de Novembro deste ano incluirão uma redução da indemnização por despedimento de 30 para 20 dias de retribuição-base e diuturnidades (a prestação a

que o trabalhador tem direito com fundamento na antiguidade) por ano de antiguidade e um teto máximo de 12 salários. As novas regras alteram o Código do Trabalho e aplicam-se apenas aos novos contratos, mas a intenção do governo é aplicá-las a todos os contratos.

O governo já vem defendendo no Conselho Permanente de Concertação Social a limitação a 12 salários para a compensação por despedimento para quem esteja a trabalhar há menos de 18 anos na mesma empresa, isto é, para 75% dos trabalhadores. Atualmente, a indemnização paga corresponde, em média, a 1 salário por ano de trabalho, mais subsídios de férias e de natal correspondentes.

Com a alteração que já começou a ser aplicada pelo governo, a indemnização ficará muito menor e custará menos despedir. Esta alteração fere direitos adquiridos e vai mais além do que estava previsto inicialmente no memorando de entendimento com a troika. Há ainda uma outra mudança que o governo quer ver introduzida: a indemnização passará a ser paga por um Fundo de Compensação do Trabalho para o qual o trabalhador também contribuirá. Desta forma, além de poder ser despedido mais facilmente e ter uma indemnização muito menor, ainda terá de pagar por ela.

Apesar de ir contra os direitos dos trabalhadores, a intenção do governo de alargar este regime aos contratos antigos foi classificada como um mal menor pela UGT e aceite pela Confederação do Comércio e Serviços. Apenas foi rejeitada pela CGTP. **M.N.**



Passos Coelho, Vítor Gonçalves e Paulo Portas querem retirar direitos históricos dos trabalhadores portugueses.

Horas extraordinárias serão pagas pela metade

De acordo com o Orçamento do Estado para 2012, as horas extraordinárias dos setores público e privado sofrerão um corte médio de 50%. Nos dias normais, o acréscimo devido por trabalho extraordinário desce para 25% na primeira hora e para 37,5% nas horas seguintes. Já se as horas extraordinárias forem prestadas em dia de descanso semanal ou em feriado, o acréscimo desce para 50%. É uma redução para metade das percentagens determinadas pela legislação atual em funções públicas, que são de 50% (dias normais), 75% (horas seguintes) e 100% (dia de

descanso ou feriado). Esta alteração está prevista no acordo do governo com a troika.

Mas as medidas de ataque da troika e do governo PSD/CDS (com o apoio do PS) não param por aí: continuam com a diminuição do tempo de duração do subsídio de desemprego, justamente quando este não para de aumentar. Além disso, o salário mínimo não vai subir, fazendo com que os trabalhadores vivam ainda pior, dado que o pão, a saúde e a educação ficarão ainda mais caros.

O processo de precarização dos trabalhadores continuará com a flexibilização dos horários e com uma maior per-

missividade em relação ao trabalho temporário, colocando a faca e o queijo nas mãos do patrão. Ora, não fosse tudo isto suficiente, o governo PSD/CDS quer ainda eliminar ou alterar feriados para diminuir o número de pontes.

Ou seja, quando o presidente Cavaco Silva fala de uma austeridade digna, o que está a pedir é para que os portugueses se conformem em ver os seus salários reduzidos a quase metade e com o facto de terem uma grande probabilidade de vir a estar desempregados e sem ganhar o subsídio de desemprego.

M.N.

Os novos ataques do governo

Os patrões estão a esfregar as mãos de contentamento porque o governo se aproveita da crise da dívida para retirar direitos aos trabalhadores e aumentar os seus lucros.

▷ Corte dos subsídios de férias e de natal na Função Pública.

▷ Acréscimo de meia hora diária de trabalho sem remuneração no setor privado.

▷ Redução de feriados e pontes.

▷ Horas extraordinárias pagas pela metade.

▷ Liberalização dos despedimentos com o fim da justa causa.

▷ Redução drásticas das indemnizações por despedimento.

▷ Redução do valor e da duração do subsídio de desemprego.



Um dos criativos cartazes da manif de 15 de outubro em Lisboa.

Deixem a cultura em paz

A cultura não se deve ver reduzida a um gabinete político sem que os que pugnam pela emancipação dos povos e pela liberdade se sintam indignados.

Os atuais cortes aplicados pelo governo ao nosso, já depauperado, panorama das verbas atribuídas à cultura correspondem exatamente ao corrente momento político que se observa no país. Tal como atesta o desabafo do encenador João Lourenço, diretor artístico do Teatro Aberto: “É absurdo cortar-se numa área em que o orçamento já é menos que zero”.

Nada que não se fizesse já anunciar quando o primeiro-ministro decidiu eliminar o Ministério da Cultura criando, em sua substituição, uma secretaria de estado, cabendo ao seu secretário Francisco José Viegas a tarefa de fazer “a reavaliação do papel do Estado na vida cultural”, à qual se aplicou diligentemente.

A impossibilidade de viver numa sociedade desprovida deste alimento espiritual torna este ataque do poder a diversos sectores da cultura uma das mais graves medidas tomadas pelo governo de Passos Coelho sobre a classe trabalhadora e sobre o povo em geral.

Objetivo é cortar

Desde os trabalhadores dos museus aos ligados diretamente

às artes e espetáculos, incluindo os afetos às artes circenses, como os postos de trabalho indiretos, todos serão afetados pelo desemprego e pela impossibilidade de realizar um trabalho digno.

Nem é possível falar dos mais recentes ataques a diversas instituições e serviços públicos, como os museus, em relação aos quais se pretende cortar a gratuitidade total nos domingos de manhã, reduzindo essa oferta a uma manhã por mês.

O ACE, Agrupamento Complementar de Empresas, foi aprovado em Conselho de Ministros e deve englobar a Companhia Nacional de Bailado, o Teatro Nacional de São Carlos, o Teatro Nacional D. Maria II, o Teatro Nacional de São João e a Cinemateca Portuguesa/Museu do Cinema.

Os livros também não escapam: para “potenciar o livro” nada melhor do que cortar a direita. Assim, a Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas agrupa as antigas Direção Geral do Livro e da Biblioteca e a Direção Geral dos Arquivos.

Segundo o governo esta medida “libertará as Empresas Públicas Empresariais (EPE)



Os artistas estiveram presentes na manif de 15 de outubro em Lisboa.

para aquilo que é verdadeiramente serviço público na área da cultura: programação artística, criação, difusão e itinerância”.

Exatamente o contrário do que vai acontecer, pois ao privar essas EPE dos recursos necessários para a prossecução das prestações destes serviços públicos atira-se para o desemprego um número ainda por apurar de trabalhadores ligados aos diversos ramos da cultura. O verdadeiro objetivo de tanta movimentação justifica-se pelo corte de despe-

sas com o pessoal na ordem dos 2,6 milhões.

Equiparar pessoas, obras de arte e espetáculos a mercadorias é uma grande tarefa do sistema capitalista; outra é dar a exclusividade do pensamento artístico e cultural à classe dominante, privando a classe trabalhadora e a juventude do seu direito inalienável ao lazer e auto-construção.

A gravidade dos efeitos da alienação do acesso a uma cultura plena e coletiva não deixarão de se fazer sentir. A cultura é a

nossa herança secular, inalienável, e representa todo o acervo que vem sendo construído desde que o homem se atreveu a pensar-se. Não pode ser nem destruído nem expropriado pela rapacidade da classe dominante.

Toda a nossa solidariedade para com os intelectuais, artistas e demais trabalhadores de bens culturais!

Pela defesa e manutenção dos bens patrimoniais e culturais ao serviço da classe trabalhadora!

Lina Pereira

Bancários sem tabela salarial e sob a pressão dos objetivos

Ao contrário do que sempre acontece, os bancários continuam sem tabela salarial e, consequentemente, sem o aumento de 2,2% que o sindicato da classe está a negociar com a Associação Portuguesa

de Bancos há onze meses. “Os banqueiros estão à boleia da crise”, avalia António Grosso, da Comissão de Trabalhadores do Banco Santander Totta. A banca, um setor altamente favorecido pelo governo e pela

troika, está a aproveitar-se da crise para recusar-se a aumentar o salário dos seus trabalhadores.

Temor dos despedimentos

Mas não é este o único problema enfrentado pelos bancários. Preocupados com a crise económica vivida no país, eles temem que haja despedimentos como consequência da fusão de bancos ou do fecho de balcões. Esta é a receita defendida publicamente por alguns banqueiros, como o presidente do BPI, Fernando Ulrich.

No Santander Totta, denuncia Grosso, foi divulgada recentemente uma circular a ameaçar os trabalhadores com processo disciplinar caso não consigam alcançar os objetivos fixados pelas chefias.

“Os banqueiros estão a antecipar-se às alterações pretendidas pelo governo e os patrões no Código do Trabalho”, avalia. Segundo Grosso, os objetivos definidos pelas chefias são

muitas vezes inalcançáveis e lunáticos.

BPN e ex-Finibanco

Mas a situação mais difícil na banca é vivida pelos funcionários do BPN e do ex-Finibanco. No primeiro caso, a possível compra do banco nacionalizado pelo Banco BIC poderá deixar no desemprego 750 dos atuais 1580 trabalhadores.

Quanto aos funcionários do ex-Finibanco, cujos serviços centrais se localizavam no Norte, estão a ser forçados a transferir-se para Lisboa pelo Montepio Geral, a entidade que comprou o Finibanco. Caso não aceitem a transferência, o banco ameaça despedi-los. São 265 trabalhadores nessa situação que, em setembro último, estiveram em Lisboa para protestar contra mais essa arbitrariedade da patronal.

Há ainda outra razão para os trabalhadores bancários ficarem preocupados: o governo quer uti-

lizar os seus Fundos de Pensões para tapar buracos orçamentais, ao mesmo tempo que os banqueiros aplaudem a medida porque querem livrar-se desta responsabilidade. Os prejudicados são os bancários, que ficarão sem qualquer garantia de manutenção dos seus direitos.

Imobilismo sindical

Diante de todos estes problemas, o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas não mobilizam a classe para lutar e mantêm o seu tradicional imobilismo. Grosso, que também pertence ao movimento MUDAR, descreve a atual direção do sindicato como “conformada com a troika”.

“Devíamos estar em luta pela tabela salarial, em solidariedade com os colegas do BPN e do Finibanco/Montepio, contras as ameaças de despedimento, pelo pagamento das horas extras e pela manutenção da Caixa Geral de Depósitos como banco público”, resume. **C.P.**



Luta contra austeridade toma as ruas no 15 de outubro

Milhares de pessoas saíram às ruas em todo o país e, em Lisboa, realizaram uma assembleia popular nas escadarias da Assembleia da República que aprovou a suspensão do pagamento da dívida pública, a continuidade do movimento e um apelo à greve geral. Dias depois, CGTP e UGT convocam uma greve geral para 24 de novembro.

A divulgação do Orçamento de Estado para 2012 precipitou o desmoronamento do estado de graça até então gozado pelo governo de Pedro Passos Coelho. As medidas nele contidas provocarão a pior recessão desde 1975, com o PIB a cair 2,8% em 2012 e o desemprego a atingir os 13,4%. A trágica situação vivida hoje pela Grécia é vista como o futuro de Portugal por grande parte da população, que começa a não acreditar no discurso da inevitabilidade.

A dureza das medidas anunciadas – nomeadamente a eliminação dos subsídios de férias e de Natal para cerca de 1 milhão de trabalhadores e de um desses subsídios para os que recebem entre 1 salário mínimo e mil euros mensais, somada ao acréscimo de meia hora diária de trabalho para os trabalhadores do sector privado e o aumento do IVA – provocou uma onda de indignação generalizada.

Funcionários públicos, militares, forças de segurança, agricultores e setores do comércio e da restauração criticaram o projeto de orçamento e marcaram manifestações de protesto. A Associação Sindical dos Juizes Portugueses afirmou que a suspensão dos subsídios de Natal e de férias é “violadora da Constituição” e assegurou que vai garantir “a proteção dos direi-

tos fundamentais” dos portugueses. Até no PS, comprometido com o memorando de entendimento assinado com a troika pelo anterior governo de Sócrates, as medidas provocaram massa. Se até agora o partido se dividia entre a abstenção e o voto a favor do orçamento, com a sua divulgação já há muitos deputados que defendem o voto contra.

Favoráveis ao Orçamento de Estado e demais medidas de austeridade estão, além dos partidos que compõem o governo, a banca e o conjunto da burguesia, que querem aproveitar-se da situação para retirar direitos à classe trabalhadora e aumentar a exploração. O presidente da Confederação Empresarial de Portugal já defendeu que as empresas privadas também devem avançar com o corte dos subsídios de férias e de Natal dos seus empregados. Mas, como governo e burguesia sabem que estas medidas provocam uma forte contestação popular, já existem reações no seu próprio interior cujo objetivo é criar uma espécie da válvula de escape para o descontentamento. Foi este o sentido da crítica do presidente Cavaco Silva ao Orçamento.

Manif de 15 de Outubro

A primeira reação ao Orçamento de Estado aconteceu

a 15 de Outubro. Organizada por pessoas e movimentos, como a Acampada de Lisboa, M12M, Precários Inflexíveis ou Movimento de Professores e Educadores 3Rs, na sequência de uma convocação feita pelo movimento dos “indignados” de Espanha para um dia internacional de protesto contra a austeridade, a manifestação em Portugal marcou uma viragem na situação política. O governo de Passos Coelho, a partir daí, passaria para a defensiva.

A manif de 15 de Outubro reuniu dezenas de milhares de pessoas em várias cidades do país, como Lisboa (25 mil), Porto (entre 12 e 15 mil), Braga (800), Coimbra (500) e Faro, e apresentou muitas das características da manif da Geração à Rasca de 12 de Março deste ano. Organizada por fora dos sindicatos e partidos, a manif de 15 de Outubro foi contra o governo, popular, democrática e irreverente. Mas teve diferenças importantes em comparação com a manif da Geração à Rasca: o seu caráter foi claramente anticapitalista e teve continuidade com a realização no mesmo dia de assembleias populares bastante participadas.

Nessas assembleias populares, como as de Lisboa e Braga, foram aprovadas propostas como a suspensão do pagamento da dí-



vida externa, a nacionalização da banca, ações de desobediência civil pacífica, apelo a uma greve geral, uma concentração de protesto em São Bento no dia da votação, na generalidade, do Orçamento de Estado e uma nova manif, posteriormente marcada para o dia da greve geral de 24 de novembro.

É importante ressaltar que nestas assembleias falaram to-

das as pessoas que se inscreveram (cerca de 60 em Lisboa) e as propostas foram votadas de braço no ar. A democracia observada na organização e na realização dessas manifestações e, inclusive, no movimento que ali teve origem, o 15-O, contrasta positivamente com a vivida no movimento sindical, seja este dirigido pela CGTP ou pela UGT.

Cristina Portella



Occupy Wall Street cresce nos EUA

Desde que centenas de ativistas ocuparam as vizinhanças de Wall Street, o movimento Occupy Wall Street não só cresceu em Nova Iorque, como se propagou para vários estados do país imperialista.

O movimento Occupy Wall Street nasceu em 17 de setembro no distrito financeiro de

Nova Iorque para protestar contra a crise econômica e os abusos do setor bancário e para que “se escute a voz de 99% do país e não de 1% que continua enriquecendo”, segundo a sua página na web.

“Por que a vida é uma merda? Porque não taxamos os ricos” (em inglês “Why life is a

bitch? Because we don’t tax the rich”) é o principal lema dos indignados, que realizam ocupações simbólicas em vários bancos em São Francisco, na Califórnia. Igual situação se repete em Massachusetts, Illinois, Texas, Carolina, New Jersey e outros estados.

Desemprego

Este movimento é, talvez, a expressão mais avançada da situação dos trabalhadores, em especial dos jovens e do povo norte-americano, desde a crise de 2008. O alto índice de desemprego (entre imigrantes e nativos) de mais de 9%, a queda no consumo e a perda das suas casas é o “preço” que devem pagar para salvar os banqueiros e empresários da sua crise.

A isso tudo já começaram a dizer não! Não é casual que, na sua última entrevista à ABC News TV, do dia 3 de setembro, Obama reconheça que não pen-

sa que a maioria dos americanos esteja melhor economicamente que há quatro anos, antes da sua eleição.

Medidas de Obama

A realidade é que as “políticas econômicas” do governo potencializaram um desemprego massivo, deixaram “correr” a famosa Lei Texas para revogar as negociações coletivas de trabalho, a qual foi travada pela importante reação dos trabalhadores e da população norte-americana. A isso se agregam mais privatizações na saúde e educação.

Traidor da classe

Um dos principais críticos desta política é Warren Buffett, um dos super-ricos dos EUA, a quem o The Wall Street Journal denomina de “traidor de classe”, porque reconhece que existem classes sociais e que “cada dia os ricos ganham mais à custa dos interesses da maio-

ria da população”.

No entanto, há mais pessoas que não só têm a mesma opinião, mas que se solidarizam com Occupy Wall Street: Michael Moore, que lançou uma campanha pela Internet e está presente todos os dias; Susan Sarandon e Martin Sheen, que foram ao acampamento; e centenas de personalidades de todos os setores. Talvez os mais solidários sejam os moradores que rodeiam Wall Street e que cederam os jardins de suas casas para os manifestantes.

O movimento organizado dos trabalhadores também está a dar o seu apoio. O Transport Workers Union (TWU), de trabalhadores dos serviços de autocarros e metro, e a United Federation of Teachers, de professores de escolas públicas de Nova Iorque, entre outros, decidiram unir-se às concentrações.

Que movimento é esse que ocupa praças e leva multidões às ruas?

As acampadas e as gigantescas mobilizações que têm ocorrido pelo mundo afora têm em comum o fato de serem democráticas, lutarem contra o sistema capitalista e não serem dirigidas pelas estruturas sindicais e partidárias tradicionais.



Movimento sindical cada vez mais presente nas manifs em Espanha

O 15 de Outubro em Espanha, onde ocorreram as maiores manifestações do movimento mundial convocado sob o lema “United for global change” (Unidade para a mudança global), teve uma grande presença de trabalhadores. Em Madrid, destacaram-se os professores, em luta contra os cortes do governo.

Além dos já clássicos “não nos representam” e “chamam-no democracia, mas não é”, o lema “os capitalistas que paguem a crise” ganhou peso tanto nas faixas e cartazes como nas palavras de ordem gritadas pela multidão. Exigiu-se a prisão dos banqueiros e afirmou-se que “não pagamos a vossa dívida”. O repúdio à monarquia também esteve presente: “precariedade para a sua majestade”.

Os contínuos ataques à classe trabalhadora nos setores público e privado, a destruição a que querem submeter a saúde e a educação públicas, os despejos e a falta de casas, a fraude das eleições de 20 de novembro, a reforma da Constituição que pretende ratificar o pagamento da dívida gerada pela especulação financeira, entre outras, foram as razões que também trouxeram uma maré humana até a Praça Catalunha, em Barcelona, e reuniram cerca de 30 mil pes-

soas em Sevilha.

Em Barcelona e Sevilha havia colunas procedentes dos bairros e coletividades, de estudantes, trabalhadores de empresas em luta, organizações de esquerda e sindicatos.

Assim como em outras manifs convocadas pelos “indignados” do Movimento 15M de Espanha, as palavras de ordem giraram em torno do questionamento à democracia burguesa, do apelo à greve geral e do repúdio ao pagamento da dívida.

Ao final da manifestação, foi lido o manifesto do 15M e outros aprovados por comissões de trabalhadores e assembleias de bairro, a reivindicar a divisão do trabalho, a proibição dos Expediente de Regulação de Emprego (ERE - recurso usado em Espanha para despedimentos), criação de emprego público e a abolição da Reforma Laboral.

Em Madrid a coluna classista composta pela plataforma “É necessário detê-los”, que agrupa o sindicalismo alternativo madrileño, e a organização política Corriente Roja, uniu-se com os professores formando um grande e combativo cortejo. Os oradores denunciaram a banca e os capitalistas e concluíram que são eles que devem pagar a crise.

É no contexto de uma crise económica e social sem precedentes, só comparável à de 1929, que surgem no início deste ano as revoltas no norte de África e no mundo árabe. Da Tunísia a rebelião alastrou-se ao Egito, Iémen, Síria, Líbia, etc. O mundo assistiu emocionado à queda de Mubarak e viu a juventude e o povo - através das novas tecnologias, da luta nas ruas e do acampamento na Praça Tahrir - serem a vanguarda da contestação ao regime ditatorial e ao aumento do custo de vida.

O rastilho da revolta nos países árabes acabou por atingir também a Europa. Portugal foi o primeiro a reagir com a gigantesca manif da Geração à Rasca a 12 de Março. No seguimento deste protesto, a plataforma “Democracia Verdadeira já”, no Estado Espanhol, marcou uma manifestação para o dia 15 de Maio de carácter internacional. No final desta manifestação, um sector decidiu “tomar a praça” e fazer um acampamento na Puerta del Sol, em Madrid.

Inicia-se então, influenciada pelo acampamento da Praça Tahrir, uma onda de acampadas pelo Estado Espanhol e depois pelo mundo, tendo como vanguarda a juventude. Até o centro do capitalismo mundial foi recentemente atingido com a “Occupy Wall Street”, que rapidamente se estendeu a várias cidades dos Estados Unidos.

Portugal também foi contagiado pela forma de luta das acampadas, tendo existido várias pelo país, como a do Rossio, mas sem nunca alcan-

çar o nível de participação das existentes no Estado Espanhol ou em Wall Street. No caso específico da Acampada do Rossio, esta reuniu o sector que não ficou satisfeito com a falta de continuidade da luta a seguir ao 12 de Março, ou seja, a juventude mais radicalizada e descontente que queria ir mais longe do que trocar de governo.

Mas as acampadas são apenas parte de um mesmo fenómeno mundial que se expressou também nas manifestações da Geração à Rasca e no 15 de Outubro. Atualmente, esse movimento popular, democrático e independente de partidos e sindicatos é representado pela Plataforma 15 de Outubro, o 15-O.

Que fenómeno é esse?

As acampadas e as gigantescas mobilizações que têm ocorrido pelo mundo afora, inclusive em Portugal, têm em comum o fato de serem contra o sistema capitalista e os respetivos governos que adotam medidas contra o povo e não serem dirigidas por nenhuma estrutura sindical e partidária, nomeadamente as tradicionais - apesar de partidos também fazerem parte desses movimentos e poderem expressar-se abertamente.

Por estarem desengajados dos aparatos tradicionais, este movimento e as suas manifestações não são controlados burocraticamente, são democráticos e permitem a intervenção de todos em assembleias populares.

Outra importante característica é que esse movimento é dirigido fundamentalmente pela juventude, o setor mais afetado

pela precariedade, o desemprego e a falta de futuro, o que não impede que dele participem pessoas de todas as idades. Nele estão jovens e trabalhadores precários que não encontram nos sindicatos - na maior parte das vezes estruturas fossilizadas e burocráticas - um local que os ouça e organize para lutar pelas suas reivindicações. Dele também faz parte um grande setor que não se revê nos partidos tradicionais, inclusive na esquerda, não acredita no parlamento nem na democracia burguesa. A procura de uma democracia “real”, e não a formal exercida nas eleições e pelos partidos no parlamento, é uma das imagens de marca desse movimento.

Preconceito antipartidário

É verdade que há alguns setores no seu interior que têm uma postura sectária em relação aos partidos, criticando-os indiscriminadamente independentemente das posições que defendam ou da sua história. Mesmo divergindo dessa posição devemos considerar absolutamente normal que ela exista.

Afinal, são mais de 80 anos de esmagamento burocrático feito em nome do comunismo e do socialismo por parte do estalinismo e dos partidos comunistas em todo o mundo. E são, também, mais de 100 anos de traição sob a batuta da social-democracia e dos partidos que fazem do parlamento a sua principal tribuna. A juventude e os trabalhadores estão fartos de serem enganados também por aqueles que dizem representá-los e defender. **T.C. e C.P.**

Unidade para lutar contra o governo



Este processo de reorganização do movimento social é extremamente progressivo porque está em luta contra os respectivos governos e políticas de austeridade e reúne uma grande parcela da juventude e dos trabalhadores, nomeadamente precários e desempregados, que não estava até então ativa na luta política. Desta forma, coloca em causa as organizações tradicionais “acomodadas” ao sistema e faz pressão para que se mexam. Um exemplo importante foi a greve geral convocada pela CGTP e UGT três dias depois das manifestações do 15 de Outubro.

O papel da esquerda e dos sindicatos deve ser o de apoiar este

movimento, não para controlá-lo, mas para convergir com ele na luta contra o governo e a austeridade. Nesse sentido, foi errada a postura da CGTP de convocar uma manifestação para 1 de outubro, depois de várias organizações já terem convocado a manifestação de 15 de outubro. O correto seria fazer convergir ambas as iniciativas numa única e forte manifestação, e não dividi-la.

É urgente que este pólo de contestação - o 15-O - permaneça vivo e que os trabalhadores, estudantes e o povo em geral saiam à rua, participem das manifestações e concentrações convocadas e da greve geral de 24 de Novembro. **T.C. e C.P.**



A coluna do Ruptura na manifestação de 15 de Outubro, em Lisboa, gritou palavras de ordem contra a dívida pública.

“Esta dívida não é nossa!”

Karl Marx escreveu, em O Capital: “A acumulação de capital por via da dívida pública não significa senão (...) o desenvolvimento duma classe de credores do Estado que são autorizados a cobrar para si próprios uma parte do montante dos impostos (...). Estes factos demonstram que uma acumulação de dívidas passa a ser uma acumulação de capital.”

Nesta análise está bem patente a atualidade do marxismo, única arma teórica que nos permite compreender os mecanismos do sistema capitalista. É claro que os governos e ideólogos do nosso regime tentam atirar o marxismo para o caixote

do lixo da história e, ao invés, induzir nas pessoas um sentimento de culpa coletivo, acusando-as de “viverem acima das suas possibilidades”... Uma frase que distorce a realidade e desculpabiliza os verdadeiros responsáveis pela crise

da dívida: os banqueiros e especuladores financeiros que a impuseram como modo de gerar capital, e os governos que os ajudaram. Ou seja, os “credores autorizados” a roubarem o dinheiro dos nossos impostos, como bem explica Marx.

Somos todos responsáveis?

Ao passo que um trabalhador endividado não tira nenhum benefício das suas dívidas – pelo contrário, anda durante décadas a pagar juros proibitivos – e, se as deixar de pagar, tem imediatamente à perna o fisco ou a banca, os capitalistas conseguem esse “milagre” absurdo de fazerem lucros fabulosos à custa das dívidas dos outros, quer sejam de particulares quer sejam dos estados.

E quando entram em prejuízo, logo surgem os governos com medidas de apoio ou incentivo ao capital (mostrando assim que classe servem), medidas essas que podem ir até à injeção direta de dinheiros públicos no sistema financeiro, como aconteceu em 2008, quando a salvação dos banqueiros pelos estados de todo o mundo superou os 20% do PIB mundial.

Também em Portugal o governo Sócrates participou desta gigantesca operação de salvação da banca, nacionalizando o BPN por questões de gestão danosa e injetando-lhe cerca de € 4000 milhões de dinheiros públicos. Nesse ano o défice era de pouco mais de 3%. Meia dúzia de meses depois tinha ultrapassado os 7%...

Foram os trabalhadores e pensionistas do país os responsáveis por este agravamento brutal do défice? Ou foram os gestores do BPN? Ou foi Sócrates? Mas nenhum deles foi responsabilizado e levado à

justiça! Nem viram os seus privilégios e fortunas tocados.

As últimas décadas têm sido benéficas para o capital financeiro, dono de Portugal, que é hoje mais poderoso do que antes do 25 de Abril. Beneficia com a dívida, tem beneficiado das privatizações, das parcerias público-privadas, dos negócios amparados pelo Estado e de benefícios fiscais escandalosos. Esta burguesia, rentista e avessa ao investimento produtivo, abandonou a agricultura, a indústria e as pescas, mas multiplicou os seus tentáculos financeiros. São eles os causadores da ruína do país e os principais responsáveis pelo seu sobre-endividamento.

Renegociar ou suspender?

É por isso que pretender renegociar a dívida pública com esta gente, como defendem o PCP e o BE, é o mesmo que reconhecer-lhes legitimidade para continuarem a ser os credores de impostos dos trabalhadores e pensionistas. É o mesmo que aceitar que eles continuem a governar os destinos do país e a ditar as suas condições, orientadas pelo lucro e nada mais. Estamos fritos da chantagem de uma dívida que não fizemos e em nada nos beneficiou. A única medida que pode trazer algum benefício para quem trabalha ou trabalhou é a suspensão imediata do seu pagamento.

A.P. Amaral e J. Dias

Capitalismo é usura!

Hoje o chamado mercado da dívida é uma das formas mais importantes de acumulação de capital na economia global. Ou seja, os capitalistas lucram com as dívidas soberanas, de duas maneiras:

1. Por via do efeito da acumulação de juros: empréstimos contraídos para pagar juros de empréstimos anteriores, numa espiral sem fim em que a dívida é sempre onerada e nunca resolvida. Quem lucra? Os banqueiros e especuladores que vivem da agiotagem dos juros. No caso português esta acumulação deverá ter atingido, entre 2005 e 2010, € 20 mil milhões. Em 2011, os juros da dívida pública e privada estão a custar à nossa economia, aos serviços públicos e aos direitos sociais... € 15 mil por minuto!

2. Por via da especulação com os próprios títulos de dí-

vida: estes são emitidos pelos estados e leiloados no “mercado primário” por uma entidade estatal (em Portugal estes leilões continuam a ser feitos a cada 15 dias, apesar do empréstimo do FMI/UE de € 78 mil milhões – o que prova que o dinheiro da troika não resolveu problema nenhum e o país continua a endividar-se). Os bancos financiam-se junto do BCE a 1% e compram os títulos de dívida a 6 e 7%... sim, os mesmos bancos que foram ajudados pelo Estado a quem agora emprestam... é assim a lei da selva do capitalismo!

Mas a usura não fica por



aqui: mais tarde estes títulos serão negociados num mercado secundário onde os juros variam de dia para dia, conforme as condições do mercado, a

confiança dos investidores, etc.. Quanto mais “arrasado” estiver um país, mais a especulação agrava os juros. É hoje o caso da Grécia, que sofre juros

de mais de 50% sobre a sua dívida no mercado secundário. Lenine definia este sistema de usura em larga escala!

A.P. Amaral e J. Dias

Governos europeus vão resgatar bancos com dinheiros públicos

Os Estados endividaram-se para salvar a banca, mas quando os mesmos Estados tiveram de ser salvos a fatura foi cobrada aos trabalhadores. As medidas de austeridade, longe de debelarem a crise, têm gerado recessão económica e tornam a dívida cada vez mais impossível de pagar.

O título poderia ser de qualquer jornal de outubro-novembro de 2008. Mas não, este título está bem atual e apareceu em vários jornais do mês de outubro de 2011. Passados três anos de terem gasto bilhões de euros dos impostos dos trabalhadores europeus para salvar bancos recheados de capitais fictícios, derivados dos créditos sub-prime, os governos resolvem repetir a proeza, agora para salvar bancos recheados de bónus de dívida pública de países em dificuldades como a Grécia.

Como tudo começou

Em 2008, a crise bancária na zona euro foi resolvida a nível nacional com cada Estado injetando dinheiro dos seus trabalhadores nos bancos da sua burguesia. E se para os imperialismos mais fortes isso não constituiu um problema de maior, para países como Portugal, Irlanda e Grécia, com uma economia mais frágil, essa injeção de capital associada à crise (que fez cair em flecha os lucros desses setores) foi um duro golpe. A Grécia, fortemente endividada, foi a primeira economia a cair, sendo mais tarde seguida pela Irlanda e por Portugal.

Da espiral da dívida pública ao retorno à dívida privada

Os Estados endividaram-se para salvar a banca, mas quando os mesmos Estados tiveram de ser salvos a fatura foi cobrada aos trabalhadores. As medidas de austeridade, longe de debelarem a crise, têm gerado recessão económica e tornam a dívida cada vez mais impossível de pagar.



Em julho deste ano, a Grécia anunciou que não tinha dinheiro para pagar as dívidas que venciam nesse mês. A perspectiva de um default grego lançou dúvidas sobre as economias do estado espanhol e, pela primeira vez, de Itália. Nem a criação do fundo de resgate europeu em julho pôde impedir a nova onda de pânico nos mercados. Os 440 mil milhões de euros do fundo não serão suficientes no caso de a Itália ou Espanha necessitarem do dinheiro.

Mas outro icebergue foi avistado, o que acontecerá aos detentores de títulos de dívida grega? Há cerca de um ano os grandes bancos europeus, prevendo um default grego, começaram a tentar desfazer-se rapidamente dos títulos de dívida grega e de outros países em dificuldades, vendendo-os no mercado secundário. O Deutsche Bank reduziu em cerca

de 70% a sua exposição à dívida emitida por Espanha, Portugal, Irlanda e Itália.

Quem paga a fatura?

Dado que há cada vez mais dívidas de que estes países paguem as dívidas, os títulos são comprados nos mercados secundários por um valor de 40 a 60% inferior ao inicialmente estabelecido. Tal não significou prejuízos para os bancos: pediram dinheiro emprestado ao BCE a 1-1,5% de juros para comprar títulos que estavam a render cerca de 6-8%, o que durante algum tempo compensou em larga escala a “perda” no mercado secundário. O problema é que à medida que a crise da dívida se aprofunda é mais complicado vender esses títulos e manter algum lucro já que estes se desvalorizam cada vez mais.

O cenário é apocalíptico: pre-

vendo-se que a Grécia só vai conseguir pagar 30% da sua dívida e se se fixar um mínimo de 8% de capital seguro obrigatório para os bancos, a banca europeia tem 124 mil milhões de euros em falta. Se juntarmos um possível pedido de ajuda da Itália ou Espanha, o fundo de resgate europeu aprovado no final de Julho vai ficar muito aquém da demanda.

Uma solução nacional como a de 2008 não é mais possível. Merkel e Sarkozy anunciaram que é necessário recapitalizar a banca, mas deixaram o como para depois. O problema é que a conta é muito alta para que apenas os trabalhadores da periferia europeia paguem e chegou a hora de as economias centrais, em especial a alemã, meterem as mãos ao bolso... a divisão, antes latente, veio à tona.

Diana Curado



Dexia: um caso exemplar

O caso do banco Dexia mostra bem para quem trabalham os governantes da União Europeia. Em novembro de 2008, este banco franco-belga recebeu uma injeção de capital público de 6000 milhões de euros, garantias no valor de 150 000 milhões e 13 000 milhões em ajudas para saneamento de ativos tóxicos.

Assim, este banco, presidido por Pierre Mariani, ex-assessor do presidente francês Nicolas Sarkozy, pôde começar a pedir dinheiro emprestado ao BCE a juros de 1-1,5% para depois comprar dívida grega com juros de cerca de 8%. Um ótimo negócio. O problema começou quando se tornou mais do que óbvio que a Grécia não teria condições de pagar a parcela seguinte a vencer de pagamento da dívida.

A reestruturação inevitável da dívida grega e os rumores da possibilidade de Espanha e Itália terem de pedir ajuda fizeram desabar as ações dos bancos europeus. O Dexia foi o primeiro a cair: detinha cerca de 20.900 milhões de dívida grega, italiana e de outros países em dificuldades num total de cerca de 70 mil milhões de ativos tóxicos. Mas Sarkozy correu prontamente em auxílio de Mariani: as instituições públicas “Caisse des Dépôts” e Banca Postal serão as principais salvadoras do Dexia.

O grande problema é que não é só o banco Dexia em perigo pela exposição à dívida dos chamados PIGS mas também gigantes financeiros como o Société Générale, o Crédit Agricole, BNP Paribas ou o Commerzbank.

D.C.

Ganhando tempo até a próxima rodada de pânico

Depois de muito suspense, os governantes europeus chegaram a um acordo sobre como contornar a crise do euro. Não se trata de uma saída, é mais uma fuga em frente. Senão vejamos: decidiram “perdoar” 50% da dívida grega, cuja cotação no mercado secundário já estava muito abaixo dos 60%. Na verdade, trata-se de um “incumprimento” negociado, na medida em que é público e notório que a dívida grega — assim como a portuguesa, espanhola, italiana, etc. — é impagável. O “perdão” da dívida grega não traz nenhum benefício ao povo grego, cujo parlamento acabou de aprovar novas medidas de austeridade, mas sim à banca, à qual foi garantido um

plano de recapitalização de cerca de 100 mil milhões de euros, justamente o valor “perdoado”. A fonte de recursos para essa recapitalização ainda não está clara, mas há uma certeza: boa parte desses recursos acabará por vir dos estados.

O outro acordo a que chegaram os governantes da zona euro é o de aumentar o valor do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF), criado para emprestar dinheiro aos países em risco de incumprimento do pagamento das suas dívidas soberanas, de 440 mil milhões para 1 bilhão de euros. A justificar a necessidade desse reforço financeiro está a possibilidade de Itália ou Espanha, ou

as duas juntas, virem a estar nessa situação em pouco tempo. O problema, aí, é que não se sabe de onde virá tanto dinheiro. O parlamento alemão disse concordar com o aumento dos recursos do FEEF, mas desde que estes não provenham do Banco Central Europeu nem a Alemanha tenha de desembolsar mais dinheiro do que já deu. Para conseguir esses volumosos recursos, os governantes europeus estão a estender o chapéu aos emergentes, particularmente à China. Resta saber se este país e os demais (Brasil, Rússia e Japão) aceitarão ter mais títulos da dívida europeia em seu cofre à espera de novas convulsões

internacionais, isto é, de uma nova crise “subprime”, desta vez na versão dívida pública.

Bem resumiu a revista *The Economist*, segundo a qual este acordo entre governos europeus e bancos para perdoar metade da dívida da Grécia seria “na melhor das hipóteses, compra tempo para a próxima rodada de pânico”.

Uma coisa é certa: o plano da burguesia europeia é retirar do bolso do trabalhador os recursos para recapitalizar a banca e ampliar o fundo de resgate. A receita é mais e mais recessão, cortes de direitos laborais e sociais, fazendo a Europa regredir aos níveis anteriores à Segunda Guerra Mundial. **C.P.**



Paremos o muro!

Como nos últimos anos tem vindo a acontecer, em novembro decorrerão, entre os dias 9 e 16, ações internacionais contra o muro “de separação” na Cisjordânia. Também em Portugal, está prevista uma ação de solidariedade com o povo palestino e as suas lutas para travar a construção deste muro, condenado pelo mundo inteiro, mas que continua a destruir aldeias e vidas.

O muro, cuja construção foi iniciada em 2002 e que já tem mais de 400 km, só não está ainda terminado porque os palestinos têm lutado corajosamente contra a sua extensão. Entre várias povoações que se destacam pela sua resistência, a de Bilin, situada a 12 km de Ramallah, tornou-se um símbolo.

Desde 2005 que todas as sextas-feiras os seus habitantes se manifestam, com o apoio de ativistas estrangeiros, junto à cerca de arame farpado que marca a linha de mais um troço a construir e que atravessa a aldeia, separando os moradores dos seus terrenos agrícolas. Desde meados dos anos 80, Bilin já perdeu mais de 60% da sua área, gradualmente confiscada para a construção de colonatos judeus.

Apesar de pacíficas, as concentrações da sexta-feira já pro-

vocaram muitas dezenas de feridos e, em Abril de 2009, o primeiro morto. Mas a luta não é em vão: já tinha alcançado uma vitória em 2007, quando o Supremo Tribunal israelita condenou o Estado a recuar a linha de demarcação do muro. No entanto, foi só em Julho deste ano que o exército israelita acabou por deslocar os 3 km de arames farpados e barreiras várias, devolvendo assim cerca de 55 hectares à aldeia.

Pele de leopardo

O muro, previsto inicialmente para chegar aos 800 km, não foi só declarado ilegal pelo Tribunal Internacional de Justiça e pelas Nações Unidas, mas também condenado pelos próprios Estados Unidos e pela União Europeia. No entanto, essa “barreira de segurança”, como lhe chama o Estado de

Israel, já ocupa 6% a 8% do território da Cisjordânia e fez o mapa dessa região parecer uma pele de leopardo. Com efeito, o traçado é tortuoso, cercado localidades, atravessando outras, cortando ao meio propriedades e terrenos cultivados. É uma serpente que se infiltra pelo que resta da Palestina não ocupada.

Antes mesmo do muro ser construído com os seus oito metros de betão, já é implementado o seu esqueleto e estabelecida a separação com arame farpado e check-points, barreiras que só são abertas por períodos limitados e por onde só passam os portadores de autorizações emitidas pelos serviços israelitas. Evidentemente, os agricultores ficam condicionados ou mesmo impedidos de trabalhar as suas terras, as crianças têm dificuldades em chegar às escolas e mesmo os hospitais ou centros de

saúde ficam muitas vezes do outro lado das barreiras.

Objetivo é anexação

A função do muro não é apenas a de dificultar a vida dos palestinos, de os fazer desesperar e procurar refúgio nos países vizinhos, facilitando a limpeza étnica. O muro de separação tem sobretudo ajudado a anexar ao território já ocupado por Israel os colonatos que vão crescendo na Cisjordânia e em Jerusalém oriental.

O próprio Yuval Diskin, chefe dos serviços secretos israelitas Shin Bet, declarava em Maio de 2009 que os israelitas tinham todas as capacidades para impedir qualquer ataque proveniente dos territórios palestinos e que portanto não havia razões para construir o muro da Cisjordânia. E em 2004, já o Tribunal Internacional de

Justiça tinha reconhecido que a construção do muro não obedecia a uma necessidade de segurança, uma vez que 90% do seu traçado se encontrava no interior da Cisjordânia e não ao longo da fronteira estabelecida em 1949, a chamada linha verde.

Esse mesmo tribunal condenava Israel a dismantlar o muro já construído e a reparar os danos causados. Mas enquanto Israel gozar da proteção dos Estados Unidos e da União Europeia, nenhum tribunal internacional nem nenhuma resolução da ONU o farão respeitar os direitos humanos. Só a resistência palestina e o apoio internacionalista poderão derrotar a colonização sionista. Por essa razão é tão importante participarmos na semana internacional contra o muro, em solidariedade com a luta por uma Palestina livre. **Elsa Sertório**

Com Kadafi morto, abre-se uma nova página da revolução líbia

Uma parte importante da Revolução Líbia completou-se com a morte de Kadafi nas mãos do povo líbio em armas. A Primavera Árabe arrastou mais um ditador e abriu a perspectiva de o povo líbio desenvolver a sua aspiração por um futuro livre de dominação. Esta ação também dará um novo impulso à revolução em toda região e abre a discussão sobre qual será o próximo ditador a cair, se no Iémene ou na Síria.

A crise no CNT

Após uma forte resistência, que incluiu fanfarronices, discursos inflamados e combates brutais, Kadafi foi morto. Agora, o inimigo comum sai de cena e as enormes diferenças entre os que lutaram contra uma sangren-

ta ditadura vêm à tona com toda força. A perspectiva é de uma aguda polarização entre os campos que estiveram unidos. De um lado o Conselho Nacional de Transição (CNT), formado por ex-ministros e altos funcionários do governo Kadafi, que saltaram do navio quando este começou a afundar, apoiado com firmeza pelo imperialismo, particularmente o francês e o inglês.

Do outro lado estão líderes políticos locais e militares que desempenharam um papel decisivo na libertação de várias cidades da Líbia, incluindo a capital. Com eles estão milhares de lutadores e ativistas que comandaram combates e agora fazem parte de conselhos locais militares e de administração. Como o conselho de Trípoli, fundado

após a libertação da capital, e que elegeu Abdulkarim Bel Haj como seu dirigente. Ele, que há alguns anos tinha sido preso e deportado junto com outros dissidentes da Líbia pelo MI6 e a CIA, torturado e depois entregue ao ditador pró-imperialista Kadafi como um prémio.

Abdul-Jalil Mustafa, chefe do CNT e ex-ministro da Justiça, na comemoração da tomada de Trípoli, anunciou que havia “fundamentalistas extremistas dentro das fileiras dos rebeldes” e ameaçou demitir-se caso eles não entregassem as armas. Em contraposição, Ismail Sallabi, chefe do conselho militar de Bengazi e comandante da Brigada 17 de fevereiro, uma das acusadas de matar Abdulfattah Younes, chefe mili-



tar de grupos rebeldes financiados pelo ocidente, pediu a demissão de todo o CNT, chamando os seus integrantes de “resquícios da era Kadafi” e “bando de liberais”.

Instaura-se agora um conflito sobre o futuro da Líbia. Uma disputa entre uma estratégia di-

rigida por uma agenda interna de um lado, e outra definida a partir do imperialismo, de “trocar os jogadores”, mas manter as regras do jogo, trabalhando para reciclar o regime, como vem tentando fazer na Tunísia e no Egito.

Américo Gomes (LIT)

O que falta ao povo grego fazer para derrotar a austeridade?



Manifestação na Praça Syntagma no dia da greve pouco antes dos enfrentamentos com a polícia de choque.

Nos dias 19 e 20 de Outubro houve a quinta greve geral este ano na Grécia, desta vez de 48 horas. O objetivo era protestar contra o novo pacote de austeridade. Mas o pacote foi aprovado pelo Parlamento. E agora, o que fazer?

Nas ruas de Atenas o lixo acumula-se há semanas, em consequência da greve dos trabalhadores do setor da limpeza. Este é apenas um exemplo da luta quotidiana que o povo grego trava contra as sucessivas medidas de austeridade impostas ao país desde maio de 2010, quando foi assinado o memorando de entendimento com a troika (União Europeia, Banco Central Europeu e FMI).

Neste ano e meio em que o salário e o emprego diminuíram, os impostos aumentaram e direitos foram cortados, os trabalhadores e a juventude não pararam de lutar: greves gerais sucedem-se, assim como ocupações de órgãos públicos pelos seus funcionários – o ministro das Finanças, Evangelos Venizelos, não consegue entrar no seu ministério há várias semanas – e ações de desobediência civil. Uma parcela crescente dos gregos não paga as taxas de água e luz e alguns impostos, em parte porque não têm dinheiro para isso, mas também em sinal de protesto.

Um ano e meio depois de o governo grego de George Papandreou (PASOK, social-democrata) ter afirmado – assim como o governo português – que a única saída para a crise da dívida pública era seguir a receita de austeridade da troika, o povo constatou na pele que tudo não passava de um grande embuste. Os gregos estão mais pobres e a dívida não pára de crescer.

O próprio governo admitiu que a dívida grega seria de 173% do PIB em 2012, quando o objetivo pactuado com a Comissão Europeia era de

162%, e o déficit público deste ano superará os 8%, quando a meta era de 7,6%. Todos esses resultados foram a consequência da aplicação dos planos de austeridade, que fizeram o desemprego disparar para uma taxa superior a 16% da população ativa e da recessão que castiga os gregos há três anos consecutivos. Em 2010, a contração do PIB grego foi de -4,5%, e no segundo trimestre deste ano já alcançava os -6,9%. O Instituto grego de Estatísticas concluiu o óbvio: que esses resultados deviam-se “à redução da demanda interna”.

Situação dramática

O colapso social provocado pelas medidas de austeridade foi demonstrado por um estudo publicado pela revista científica *Lancet*. Segundo este estudo, o número de suicídios nos seis primeiros meses deste ano subiu 40% em comparação com o mesmo período de 2010, na sua maioria relacionados com dívidas. O consumo de heroína subiu 20% e duplicou o número de casos de pessoas infetadas por HIV, em parte devido à partilha de seringas, mas também porque alguns usuários de droga se teriam infetado intencionalmente na esperança de receber algum benefício do Estado e ter acesso a programas de reabilitação.

Pesadelo político

A greve de 19 e 20 de outubro foi muito forte: cerca de 100 mil pessoas tomaram as ruas em frente ao Parlamento nos dias em que as novas medidas de austeridade seriam debatidas e votadas. “Os

homens e mulheres que elegemos para estarem no poder não receberam um mandato para nos reduzir a pobreza”, explicou um dos manifestantes ao jornal *Athens News*. Mas, apesar da crise provocada no próprio partido do governo, as medidas foram aprovadas por uma maioria de apenas três votos. “Este é o maior pesadelo político desde 1967”, declarou a deputada do PASOK Vaso Papandreou. “Eu vou votar a favor, mas esta é a última vez. Estou a lutar com a minha consciência”, disse ela. A consciência pesou mais forte numa outra deputada do PASOK, Louka Katseli, expulsa do partido minutos depois de ter votado contra apenas uma medida do novo pacote de austeridade.

As medidas

A aprovação de um novo pacote de austeridade foi a condição imposta pela troika para entregar novas parcelas do empréstimo acordado no memorando de entendimento e “perdoar” 50% da dívida grega. Neste pacote estão medidas como a redução salarial entre 30 a 50% e o despedimento de 30 mil trabalhadores no setor público.

O salário base de um professor do ensino médio, por exemplo, passará a ser de 660 euros mensais. O pacote impõe também a desregulamentação das leis laborais, com a substituição dos acordos coletivos por acordos setoriais, em que os trabalhadores perdem direitos e o salário mínimo deixa, na prática, de existir.

C.P. e E.H.

Esquerda grega não constrói uma alternativa de poder

Mesmo a um observador pouco habituado aos usos e costumes das greves gregas chamava a atenção aquela fileira de homens jovens e armados com cabos de enxadas, de costas voltadas para o Parlamento e a desafiar a ira da multidão concentrada na Praça Syntagma. Não eram polícias a proteger o parlamento, mas militantes do PAME, o aparelho sindical do KKE, o Partido Comunista grego. Só por trás dessa verdadeira muralha, mais acima no gigantesco edifício, estava a polícia do corpo de intervenção.

Foi essa tropa de choque do KKE que se enfrentou violentamente com a multidão de jovens, parte deles dos grupos chamados “anarquistas”, mas também taxistas e ou simplesmente pessoas revoltadas que procuravam penetrar no espaço resguardado pela polícia em volta do parlamento. Dezenas de pessoas ficaram feridas e foram atendidas no hospital. Um dirigente sindical do PAME acabou por morrer. Estávamos no dia 20 de outubro, o segundo dia da greve geral de 48 horas.

Foi uma greve forte em todo o país, com a adesão não só dos funcionários públicos como dos trabalhadores do setor privado e do pequeno comércio. Não havia voos nos aeroportos, os museus e as escolas estavam fechados, os táxis e barcos, parados, enquanto trabalhadores portuários se concentravam à

entrada do principal porto do país, o Pireu, e cerca de mil guardas prisionais se reuniam em frente ao Ministério da Justiça antes de engrossar as manifestações.

Mas apesar desse grande êxito, as imagens da Praça Syntagma transformada em palco de uma verdadeira batalha campal, não apenas entre a polícia e os manifestantes, mas, principalmente, entre os próprios manifestantes foi a demonstração trágica da crise de direção revolucionária vivida na Grécia.

Em vez de uma esquerda unida com um programa anticapitalista de rutura com a troika e a União Europeia, que se apresente como alternativa de poder contra o rotativismo entre a social-democracia e a direita; e que aposte na organização pela base e numa greve geral por tempo indeterminado para derrubar o governo, temos uma esquerda que não está à altura dos acontecimentos.

Há um KKE que agride manifestantes – não só jovens ligados a grupos anarquistas, mas um amplo setor de manifestantes unidos pela raiva e uma sensação de impotência que também responde com pedras e coquetéis molotov às investidas da polícia com cassetetes e bombas de gás lacrimogéneo; e há também uma esquerda essencialmente parlamentar, incapaz de apresentar uma saída socialista para a crise.



Desobediência civil está a crescer

Como o novo imposto sobre a propriedade criado pelo governo grego será cobrado através das contas de luz, os gregos estão a preparar-se para não pagar essas contas. Diante da ameaça de corte de eletricidade para quem não pagar, as vendas de geradores dispararam.

O movimento de desobediência civil começou com a recusa em pagar portagens e a ocupação de ministérios e prédios do governo e está a crescer com o boicote ao

novo e impopular imposto sobre a propriedade. Os trabalhadores da empresa de energia elétrica aderiram e procuram impedir que as contas de luz sejam impressas. “Nós não vamos fazer o trabalho sujo do governo. A eletricidade é um bem social, não um meio para coletar impostos. Faremos tudo para assegurar que os desempregados e os pobres não tenham a sua eletricidade cortada”, garantiu um sindicalista ao jornal *The Guardian*.



A rua exige a suspensão da dívida... e a esquerda?

No dia 15 de Outubro, uma assembleia de milhares de manifestantes, realizada em frente à Assembleia da República, declarou-se pela suspensão do pagamento da dívida. O Manifesto do 15-O do Porto dizia: “Esta dívida não é nossa – não devemos nada, não vamos pagar nada!”. É caso para dizer que a luta iluminou o debate travado na esquerda.

Também a crise tem vindo a iluminar este debate. Lembremo-nos que os PEC's de Sócrates tinham o suposto objetivo de impedir que Portugal recorresse a “ajuda externa” e conseguisse “honrar os seus compromissos”. Meses depois chamou a troika para injetar 75 mil milhões no país para pagar a dívida. Mas esta não diminuiu.

No final do primeiro trimestre de 2011, portanto antes da assinatura do memorando de entendimento com a troika, a dívida pública externa equivalia a 94,4% do PIB. No final do segundo trimestre deste ano já atingia 106,6%. Prevê-se que até o final do ano alcance os 107,4%. Tal como na Grécia. Portanto, o financiamento externo agravou o problema da dívida: esta deixou de ser uma forma de financiamento da economia para se tornar num sorvedouro de riqueza em prol da banca. Por isso, a dívida é impagável: o dinheiro que está a ser arrancado aos trabalhadores serve para pagar os juros da dívida. A dívida em si não pára de aumentar.

Renegociar a dívida resolve?

O Partido Comunista e o Bloco de Esquerda defendem a “renegociação da dívida”. Esta

formulação ambígua foi recentemente esclarecida pela direção do BE: envolvimento dos credores privados na renegociação da dívida pública a pagar até ao fim de 2013, com diminuição dos juros e alargamento das maturidades. Coincidentemente, perante a ameaça de *default* da Grécia, Sarkozy e Merkel propõem algo semelhante.

Esta é uma medida que visa “contornar” o *default*, fazendo pagar menos, mas durante mais tempo. Continuando a pagar a dívida, mesmo que “renegociada”, ela voltará a crescer, pois o país teria de se financiar a altos juros para continuar este pagamento. Cedo voltaríamos à situação atual.

Contra factos...

Vários argumentos têm sido esgrimidos em defesa da renegociação. Chega-se a dizer que temos de honrar os nossos compromissos e que parte da dívida é legítima. Porém o nível de vida da maioria mostra que em nada beneficiou desta dívida. E as medidas necessárias para pagá-la também a tornam ilegítima.

Os dirigentes de esquerda chegam a ameaçar que, uma vez suspensa a dívida, faltará o financiamento externo e não haverá dinheiro para salários. Dizer que o financiamento ex-

terno serve para pagar aos trabalhadores quando ele vai direto para a banca é enganar os trabalhadores. Os salários faltarão, sim – já estão a ser cortados hoje –, mas é para pagar a dívida.

Quanto ao argumento de que as massas não compreenderiam essa política, temos a resposta do 15 de Outubro, mostrando que esta política tem eco. Sabemos que nem todos os trabalhadores defendem esta proposta, mas mais seriam se Bloco e PCP a defendessem.

Não há programa de esquerda sem suspensão

Numa coisa BE e PCP têm razão: não basta suspender o pagamento. É verdade, mas isto não deve levar ao imobilismo, mas à construção de um programa anticapitalista que defenda a nacionalização, sob o controlo dos trabalhadores, da banca e das grandes empresas, a redução da jornada de trabalho para gerar emprego e o investimento público na produção. Mas para isso são precisos os recursos que são espoliados para pagar a dívida. Por isso, um programa de esquerda que não defenda a suspensão confunde em vez de mobilizar.

Manuel Afonso

Hospitais de Lisboa podem fechar

Os cortes anunciados pelo governo de 750 milhões de euros na saúde em 2012 poderão implicar o encerramento parcial dos hospitais dos Capuchos e Curry Cabral, em Lisboa.

Guardada em segredo pelas altas instâncias do Ministério da Saúde, a “Carta Hospitalar” contém o plano de revisão, concentração e encerramento de unidades de saúde. Entre os principais alvos desta “Carta” estão o Grupo Hospitalar do Centro de Lisboa, noutros tempos conhecidos como os “Hospitais Cívicos” da capital (São José, Capuchos, Santa Marta, Estefânia, Maternidade Alfredo da Costa e Curry Cabral). A pouco e pouco, os efeitos já sentidos pelos atuais cortes e os rumores conhecidos pelos trabalhadores destas unidades fazem temer uma situação grave para a maioria dos doentes do centro de Lisboa.

Teresa Sustelo, presidente do Conselho de Administração do Grupo, levanta o pano e admite que a ideia é “paulatinamente fechar camas”, conduzindo eventualmente ao encerramento de Serviços e Hospitais inteiros, para serem substituídos na totalidade pelo futuro Hospital de Todos-os-Santos em Chelas, cuja construção tem sido repensada e adiada múltiplas vezes, estando agora a conclusão da obra (que ainda nem foi começada) prometida para...2014! Enquanto isso não acontece, o espaço dos atuais hospitais já foi vendido e são pagos anualmente 7 milhões de euros em rendas aos novos senhorios.

Psiquiatria em barracão

Na prática, o plano começou a ser posto em prática este Verão, quando se fecharam dezenas de camas em Serviços de Medicina e Cirurgia em São José e Capuchos, sendo a medida apresentada inicialmente como temporária face à necessidade reduzida de internamentos durante aquele período do ano; mais tarde, começado o Outono, a medida passou a ser afinal permanente. Simultaneamente, a Unidade de Cuidados Intensivos dos Capuchos também passou à história, fazendo antever que aquele hospital por inteiro possa vir a ter o mesmo destino.

No Hospital Curry Cabral, a

situação tornou-se de tal modo insustentável que a respetiva administração se demitiu recentemente. Do seu Serviço de Urgência já foram retiradas as especialidades cirúrgicas e, segundo denunciou o deputado João Semedo do Bloco de Esquerda à TVI, as restantes irão pelo mesmo caminho. As outras especialidades a serem removidas daquela urgência são Psiquiatria, para a qual estão destinados pré-fabricados (vulgo barracões) no jardim do Hospital de Santa Maria, e a outra é Medicina Interna, que será absorvida (profissionais e doentes) pela urgência do São José, cujo espaço físico já se encontra nos dias de hoje frequentemente sobrelotado.

O escândalo das PPPs

Um dado a ter em conta nesta equação são os grandes grupos de saúde privados e as famigeradas parcerias público-privadas (PPP's). Para o início do próximo ano, está programada a abertura do Hospital de Loures, a ser gerido pela Espírito Santo Saúde, que prevê absorver 30% dos doentes do Santa Maria. Do ponto de vista de cuidados de saúde, a experiência recente em Portugal mostra que as PPP são muito pouco saudáveis, não cumprindo muitas das obrigações básicas dos contratos com o estado, como ilustram as múltiplas multas a que tem sido sujeito o Hospital de Braga (administrado pela José de Mello Saúde) ou a retirada da gestão privada ao Amadora-Sintra (também Mello) depois de incontáveis escândalos.

Do ponto de vista de gastos, as PPP's são um péssimo negócio para o estado, precisamente por serem um ótimo negócio para os privados. Não é preciso ir longe e a conclusão é da própria Inspeção Geral de Finanças que diz (relatório de atividades de 2010) que os custos cobrados pelos privados são muito superiores aos que seriam comportados pelo estado caso a construção e gestão das unidades fosse levada a cabo por este.

Jerónimo Raposo